



## ACESSO AOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, NOS MUNICÍPIOS DE MONTES CLAROS E BELO HORIZONTE<sup>1</sup>

*Jéssica Maria Lopes Ribeiro, Maria Elizete Gonçalves, Marília Borborema Rodrigues Cerqueira, Maria Ivanilde Pereira Santos*

### Introdução

De acordo com o conceito adotado pelo Ministério da Saúde [1], a atenção básica (ou primária) caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que utiliza tecnologias de menor densidade, porém de elevada complexidade cognitiva e que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Ainda segundo o Ministério da Saúde [1], a atenção básica orienta-se pelos princípios constitucionais da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Este estudo tem por objetivo apresentar a percepção dos gestores de saúde de Montes Claros e Belo Horizonte sobre as dimensões do acesso aos serviços da atenção primária nestas localidades. Sua importância consiste em identificar as dimensões do acesso que requerem mais investimentos, visando atender melhor as necessidades de saúde da população.

### Material e métodos

Para o desenvolvimento desse estudo foi feita a aplicação de *surveys*, visando captar a percepção dos coordenadores das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Belo Horizonte e dos coordenadores do Programa Saúde da Família (PSF) do município de Montes Claros sobre algumas questões relacionadas ao sistema municipal de saúde dessas localidades.

A pesquisa de *survey* pode ser descrita como uma ferramenta de obtenção de dados ou informações sobre as características (comportamento, valores, ideias, etc.) de uma amostra da população de interesse, por meio de um questionário. Por meio desse método foi possível captar, explorar e mensurar a percepção dos agentes de saúde sobre um conjunto de questões referentes ao acesso aos serviços de saúde na atenção primária.

Para a pesquisa de *survey* foram elaborados questionários na plataforma do *Google Drive*, os quais foram destinados aos coordenadores das Unidades Básicas de Belo Horizonte. Já os *surveys* destinados aos coordenadores do Programa Saúde da Família do município de Montes Claros foram aplicados *in loco*. No primeiro município foram aplicados 36 questionários, e no segundo 77, totalizando 113. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2014.

### Revisão de literatura: o princípio da acessibilidade aos serviços da atenção primária

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde tem buscado a reconversão do modelo de atenção à saúde, com vistas à organização dos serviços de atenção básica, fortemente orientados para as ações de promoção e prevenção em saúde, visando romper com a hegemonia do cuidado curativo, centrado na atenção hospitalar [2].

Boa parte da resolubilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) requer a responsabilidade dos municípios de garantir atendimento na atenção primária, de forma a minimizar os fluxos intermunicipais de pacientes nesse nível de atenção e de orientar os fluxos intermunicipais para os demais níveis de atenção. Dessa forma, uma das condições imprescindíveis à acessibilidade da população ao sistema envolve estabelecer uma configuração equânime, entre os municípios, de distribuição da capacidade instalada (oferta) referente à atenção primária.

<sup>1</sup> Esse trabalho faz parte de uma pesquisa financiada pela FAPEMIG.



A equidade no cuidado deve se fundamentar na garantia do acesso a serviços de boa qualidade, o que implica em estabelecer uma distribuição justa em todo o país, baseada nas necessidades de saúde da população, na facilidade de acesso em cada área geográfica e na remoção de outras barreiras (socioeconômicas) ao acesso [3-5].

### Resultados e Discussão

A identificação da percepção dos entrevistados sobre o acesso aos serviços ofertados na atenção primária para atender as necessidades de saúde da população referenciada baseia-se nas dimensões apontadas por Penchansky e Thomas [6]. São elas: i) disponibilidade, que considera a quantidade e os tipos de serviços ofertados; ii) acessibilidade, isto é, a distribuição/localização geográfica dos serviços ofertados; iii) acolhimento, que se refere à adaptação dos usuários à organização dos serviços ofertados e; i) aceitabilidade, que consiste na compreensão/aceitação das características e práticas da atenção primária.

A tabela 1 apresenta as respostas referentes à percepção dos entrevistados sobre o acesso da população aos serviços ofertados na atenção primária, considerando-se as dimensões citadas. Os entrevistados foram questionados quanto à adequação das referidas dimensões.

A adequação entre as necessidades de saúde da população referenciada com relação à quantidade e os tipos de serviços ofertados nas UBS é reportada por 47,2% dos profissionais de Belo Horizonte e a inadequação por 36,2% deles. Entre os profissionais da atenção primária de Montes Claros, esses percentuais são, respectivamente, 41,6% e 33,8%. No geral, 43,3% dos respondentes consideram a quantidade e o tipo de serviços ofertados como adequados.

A localização geográfica das unidades de saúde de Belo Horizonte é considerada inadequada às necessidades de saúde da população por 52,8% dos profissionais que atuam nesse município contra 38,9% que a consideram adequada. Para os entrevistados que atuam nas UBS de Montes Claros, a localização é avaliada como adequada por 72,8% e inadequada por 18,2%.

Na percepção de 63,9% dos profissionais de Belo Horizonte a população referenciada está adaptada à organização dos serviços ofertados nas unidades básicas. Entre os profissionais de Montes Claros, enquanto 11,7% apontam a inadaptação da população referenciada, outros 55,9% afirmam que ela está adaptada. No total, 58,4% dos respondentes concordam com a adaptação da população à organização dos serviços ofertados.

Mesmo que a população esteja adaptada à organização dos serviços ofertados nas UBS, essa dimensão do acesso contempla questões que podem comprometer o atendimento. Um exemplo a ser citado é o horário de funcionamento das unidades. Essa dificuldade relacionada ao horário foi apontada por um dos participantes da pesquisa.

Para 69,5% dos entrevistados que atuam em Belo Horizonte, a população referenciada compreende as características e práticas das UBS. Entre os profissionais da atenção primária de Montes Claros, esse percentual é bem mais baixo, equivalendo a cerca de 43%. Na percepção dos entrevistados, essa compreensão das características e práticas da UBS aumenta quando se trata de profissionais de saúde das UBS, já que 88,8% dos profissionais de Belo Horizonte defendem essa posição, enquanto entre os entrevistados do outro município, 79,2% apontam essa compreensão.

### Conclusão

Por meio dos resultados apresentados, percebe-se que entre as dimensões de acesso, propostas por Penchansky e Thomas [6], a localização geográfica é que alcança maior representação de inadequação segundo os profissionais de Belo Horizonte. No caso de Montes Claros, ao contrário, o maior percentual de adequação refere-se a essa dimensão. Possivelmente, esse resultado está associado ao porte do município, pois em municípios de menor porte as UBS localizam-se mais próximas dos moradores, favorecendo o acesso. Em ambos os municípios, menos da metade dos respondentes consideraram que a quantidade e o tipo de serviços ofertados nas UBS são adequados. Esse resultado sugere a necessidade de mais investimentos para essa dimensão.



## Referências

- [1] BRASIL. Ministério da saúde. Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de atenção básica**. Vol. 4, Brasília: 2006c. (Série Pactos pela Saúde 2006).
- [2] BRASIL. Ministério da saúde. Departamento de Apoio à Descentralização/Secretaria Executiva. **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde**. Vol. 5, Brasília: 2006d. (Série Pactos pela Saúde 2006).
- [3] OLIVEIRA, E.X.G. **A multiplicidade do único: territórios do SUS**. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2005.
- [4] NUNES, A. **A alocação equitativa inter-regional de recursos públicos federais do SUS: a receita própria do município como variável moderadora**. Brasília: Ministério da Saúde/Departamento de Economia da Saúde, 2004. (Relatório de consultoria nº 130/2003).
- [5] PORTO, S. M.; VIACAÇA, F.; LANDMANN, C.; MARTINS, M; TRAVASSOS, C.; VIANNA, S. M.; PIOLA, S.; UGÁ, M. A.; VIANNA, C.M. Alocação equitativa de recursos financeiros: uma alternativa para o caso brasileiro. **Saúde em Debate**. v. 27, n. 65, p. 376-388, 2003.
- [6] PENCHANSKY, D. & THOMAS, J., 1981. The concept of access: Definition and relationship to consumer satisfaction. **Medical Care**, 20:127-140.

**Tabela 1.** Dimensões do acesso aos serviços da atenção primária à saúde, em Belo Horizonte e Montes Claros.

Dimensões do acesso																				
	Quantidade e tipos de serviços ofertados				Localização geográfica da UBS				Adaptação da população				Compreensão da população				Compreensão dos profissionais de saúde			
	Municípios		Total	%	Municípios		Total	%	Municípios		Total	%	Municípios		Total	%	Municípios		Total	%
	BH	MOC			BH	MOC			BH	MOC			BH	MOC			BH	MOC		
Discordo totalmente	2	1	3	2,7	4	2	6	5,3	0	0	0	0,0	1	2	3	2,7	0	1	1	0,88
Discordo	11	25	36	31,9	15	12	27	23,9	4	9	13	11,5	5	17	22	19,5	3	3	6	5,31
Nem concordo nem discordo	6	19	25	22,1	3	7	10	8,8	7	25	32	28,3	5	24	29	25,7	1	11	12	10,6
Concordo	16	28	44	38,9	12	41	53	46,9	21	36	57	50,4	24	32	56	49,6	25	48	73	64,6
Concordo totalmente	1	4	5	4,4	2	15	17	15,0	2	7	9	8,0	1	1	2	1,8	7	13	20	17,7
Não respondeu	0	0	0	0,0	0	0	0	0,0	2	0	2	1,8	0	1	1	0,9	0	1	1	0,88
<b>Total</b>																	<b>36</b>	<b>77</b>	<b>113</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2014, referente Projeto financiado pela FAPEMIG.